

# Marx à luz de Wittgenstein:

Comentário a *Certa herança marxista*  
de J. A. Giannotti

HECTOR BENOIT\*

José Arthur Giannotti parte neste seu último livro da crise atual do marxismo: as primeiras páginas referem-se à relação entre a obra teórica de Marx e a recente derrocada dos regimes ditos “socialistas”. O colapso histórico de tudo aquilo que foi construído em nome de Marx, pergunta ele, seria suficiente, como querem alguns, para a refutação definitiva do pensamento do autor de *O capital*? Até que ponto a queda do muro de Berlim, símbolo da falência do socialismo, poderia ser considerada e aceita também como o marco da refutação prática da teoria marxista? Responde Giannotti a essas perguntas caminhando em sentido contrário ao alarido jornalístico: se muitas questões, sombras e dúvidas são levantadas por esses acontecimentos históricos recentes, sobretudo, devido à importância dada pelo próprio Marx à necessidade de comprovação prática de toda verdade teórica, no entanto, tudo isso que ocorreu com os regimes ditos “marxistas” não seria, segundo Giannotti, por si só,

suficiente para refutar, de maneira absoluta e definitiva, a obra de Marx. Antes de abandonar de vez, pergunta ele, a matriz que orientou esses projetos socialistas, antes de pensar de acordo com novos paradigmas, não vale a pena aceitar o desafio de pensar a lógica que os inspirou? Será exatamente este o propósito de *Certa herança marxista*, ou seja, reavaliar a obra de Marx, mas não pela via externa e simplista dos fatos empíricos, ao contrário, o autor propõe examinar a *lógica* interna que perpassa a argumentação de Marx e, mais precisamente, examinar os limites teóricos da lógica de Marx a respeito do caráter *contraditório* do modo de produção capitalista. Até que ponto Marx resolveu os problemas lógicos da sua tentativa de demonstrar que esse modo de produção, pelo seu caráter *contraditório*, estaria condenado à negação imanente, à auto-supressão?

Como explica Giannotti, ainda na sua “Apresentação”, para cumprir seu pro-

\* Professor do Departamento de Filosofia da Unicamp.

pósito, considera o pensamento de Marx uma “obra clássica” de História da Filosofia, e com isto, reconhece ele, já não pode professar fidelidade absoluta a Marx, pois, “empresta a seus textos sentido diferente daquele que o próprio autor lhes conferiu”. No entanto, segundo Giannotti, este método de leitura não é uma falsificação, mas apenas uma iluminação a partir de outro ponto de vista, nem mais falsa nem mais verdadeira do que a original. Pois diz ele não acreditar que o pensamento de um autor possa existir em si, de maneira independente dos pensamentos que o pensam. Se, por um lado, recusa a existência de um Marx em si, por outro lado, recusa também que possa existir algo como uma identidade teórica marxista. Segundo o autor, ninguém poderia assim pretender monopolizar o pensamento de Marx, nem no sentido “marxiano” (do texto em si), nem no sentido “marxista” (o da herança em si). Sem qualquer vergonha, chega então a confessar Giannotti a consciência infeliz de sua interpretação: “Prefiro abandonar de vez a pretensão de ter atingido o coração do pensamento do autor”(p. 14). Assume distância em relação ao pensamento de Marx, pensa-o a partir de suas próprias preocupações essencialmente lógico-filosóficas, abandonando, como também confessa, o lado militante, apesar de que talvez seja este, segundo ele, “o lado mais atrativo do marxismo, seu comprometimento com a práxis”(p.14). Nesse sentido, de maneira reveladora, já na introdução, explica Giannotti as filiações teóricas do seu método de leitura: diz ele que procura explorar as próprias categorias analisadas por Marx para estudar as relações sociais, considerando estas, na trilha dos trabalhos de

Durkheim e Lévi-Strauss, como formas de pensamento dotadas de gramática própria.

No entanto, estas relações sociais descritas por Marx, consideradas dotadas de gramática própria, constituem “uma gramática especialíssima”. Por que? Porque, para Marx, seguidor de Hegel, as contradições não existem somente como entes discursivos, ao contrário, existiriam contradições inscritas na própria realidade e, assim, estaríamos diante de uma gramática que utiliza significações contraditórias. Porém, se em Hegel as contradições podem mostrar-se como reais, segundo Giannotti, é somente graças à metafísica do Absoluto que transpõe o movimento do *logos* para a realidade efetiva. No entanto, como Marx e Engels podem dizer a contradição a respeito dos entes reais sem recair na metafísica hegeliana? Eis o problema com o qual se defrontaram já muitos intérpretes e seguidores de Marx. Teriam razão nesse sentido autores como Althusser que tentam extirpar os “barbarismos hegelianos” da obra de Marx para tentar salvar somente a sua ciência positiva, a sua crítica da Economia Política? Giannotti não aceita este caminho positivista que seria tentar separar a *crítica da dialética*, segundo ele, a crítica de Marx ou é dialética ou não é crítica. Abandonadas as trilhas do tipo althusseriano, que fazer então? A saída engenhosa do autor é exatamente levar a sério as indicações do próprio Marx de que as categorias do capital são determinações do pensamento, “coisas sensíveis e supra-sensíveis”, e procurar examinar assim como elas assumem um processo de *expressão*, como elas descreveriam uma espécie de “linguagem das merca-

dorias”, um discurso social objetivo, um jogo lingüístico objetivo que, como discurso, manifestaria a contradição inscrita como *expressão*. O ponto de partida para a descrição dessa linguagem das mercadorias, evidentemente, está na transformação de objetos de uso em expressão de valor e daí em *signo*. Justamente aqui, na reflexão do valor como signo, é que Giannotti nos propõe assim um Marx iluminado por Wittgenstein. A partir deste autor, emprega o conceito de “jogo de linguagem” e considera que os signos possuem sentido segundo a forma pela qual se articulam entre si e se ligam a certas atividades determinando padrões de comportamentos. Desta maneira existiria, na obra de Marx, uma “gramática do capital”, uma sintaxe categorial que determina formas de vida, induzindo modos de consciência e modos de discurso, tudo isso precisaria ser interpretado a partir do funcionamento dessa espécie de “jogo de linguagem não verbal”. Assim, seguindo os passos de Durkheim, Lévi-Strauss e Wittgenstein, Giannotti se propõe a indagar pelas condições de possibilidade da lógica contraditória de Marx e, neste sentido, o próprio autor reconhece ainda outra inspiração metodológica, aquela do kantismo: “ao enveredar por esse caminho, devo reconhecer que estou torcendo o sentido que Marx empresta à sua crítica, pois a desloco para o lado do kantismo, visto que passo a indagar pela possibilidade da dialética materialista”(p.34).

Postas estas premissas de leitura, Giannotti descreve, nos capítulos primeiro e segundo, o longo caminho através do qual, partindo de Hegel, Marx esboçou uma nova ontologia da sociabilidade embasada nas formas da sociabilidade

de do trabalho. Para isto, em muitos aspectos, Giannotti retoma os seus próprios livros anteriores, desde o já antigo e clássico *Origens da dialética do trabalho* ao recente *Karl Marx, teoria e prática revolucionária*. Nesses capítulos, o autor procura mostrar como, de *A Ideologia Alemã* a *O capital*, as significações vão se transformando e como as mesmas expressões designam estruturas diferentes. Se nas obras da juventude o ser já era pensado em Marx como relações sociais de produção, somente nas obras da maturidade se desenvolve plenamente a autonomia da forma capital, esta adquirindo desenvolvimento próprio e somente então o ser social passa a adquirir uma gramática imanente. Riqueza monetária e trabalho liberado aparecem então como os dois vetores que, se pondo em si mesmos, relacionam-se contraditoriamente. Mas isto é possível, sobretudo, com o mecanismo da reificação, é este que permite que o que em Hegel era o desenvolvimento do Conceito seja substituído por um desenvolvimento histórico-categorial, autônomo e totalizante, que faz da luta de classes uma oposição cujos pólos passam da contrariedade à contradição. Assim, o fetichismo da mercadoria é que permitiria, segundo Giannotti, denunciar o misticismo hegeliano e, ao mesmo tempo, atribuir movimento contraditório àquelas categorias que se desdobram a partir da contradição principal entre valor de uso e valor. O fetichismo do valor não seria assim falha, diz o autor, pois “o valor não só descola o trabalho de seus condicionamentos naturais imediatos, mas instala também uma relação social *contraditória*, *contradizendo* a finalidade exposta no trabalho vivo e impondo a finalidade sem fim do

valor”(p. 114). Acrescenta o autor que Marx ainda procura fazer corresponder a essa forma mensurante, o valor, uma realidade socionatural de gasto de energia física, ou seja, procura dar uma consistência não meramente *expressiva* ao valor, mantendo a sua relação com o gasto de trabalho simples e abstrato, no entanto, reafirma Giannotti: “a grandeza social desse gasto não se determina fora da troca”(p. 114). Conclui daí o autor: “não há, pois, contradição sem fetichismo, sem que se constitua aquela *ilusão necessária* que induz os agentes a agirem coordenadamente no seio de sua diferenciação”(p. 115). O fetiche do valor é assim o que permite a Marx a transposição da contradição para a realidade. Como afirma Giannotti: “o fetiche é real, pois os homens se comportam por ele e para ele. Se não forma um ente, não é por isso que deixa de constituir miragem que alimenta a conduta de todos” (p. 115). Desta maneira, o valor é contraditório, na medida em que, no processo social de mensuração dos produtos do trabalho, ele unifica juízos práticos opostos por contradição. Através da ilusão real do valor cria-se um jogo que o homem estabelece com a natureza e com os outros homens, um jogo complexo de determinações recíprocas, um modo de representação de um jogo de linguagem não verbal.

Se agora Giannotti já mostrou como a contradição ganhou efetividade, no entanto, essa realidade social, regida pela contradição do valor, não seria como a efetividade hegeliana, a *Wirklichkeit*, que possui “um êmbolo ilimitado de sua auto-superação”. Ou seja, ainda que a contradição em Marx tenha recebido efetividade de maneira não metafísica (ou talvez por isto mesmo), ela não possui

nenhum impulso que a leve necessariamente adiante e, muito menos, para os momentos da sua supressão. Como escreve Giannotti: “Situado no quadro da produção e circulação simples, nada existe no valor como fetiche que o empurre para a forma mais completa do capital. Se abraça a contradição numa ilusão necessária, não é por isso que seu movimento de reposição cria força capaz de prefigurar no seu próprio interior aquela identidade reflexionante contendo uma diferença capaz de conformar a contradição futura”(p. 122). Portanto, ainda que esteja resolvido, através do fetichismo, o problema de como dar realidade à contradição, esta última, até aqui, na sua forma simples, não teria a potência de impulsionar os movimentos seguintes do processo, tanto para a sua realização categorial superior como para a sua supressão. Nesse sentido, escreve Giannotti que não existiria no “modo de produção simples de mercadoria, na seqüência M-D-M..., algo que prefigure sua transformação em D-M-D”(p. 122). Portanto, só uma “reflexão exterior” faria a tarefa que logicamente não está resolvida; neste caso, é a instalação do mercado da força de trabalho. As condições históricas apresentadas “regressivamente” por Marx, no entanto, são apenas, segundo o autor, apresentação do sistema operante e simbólico e não podem resolver o problema lógico, a não ser que o Marx de *O capital* recaísse no ser-genérico do homem como pressuposto originário, o que reconduziria a fundamentação da sua crítica da Economia para o campo da antropologia.

Após essas colocações que permitiram compreender a contradição inscrita na efetividade do real e após levantar os problemas e limites da propulsão dessa

contradição, o capítulo terceiro, na estrutura do livro, aparece como uma certa interrupção ou, ao menos, como um certo rodeio em relação à problemática central que vinha sendo estudada. Neste capítulo, Giannotti faz uma incursão por diversas reflexões posteriores à obra de Marx: pelas reflexões da Economia contemporânea (que abandonou a teoria do valor), pela “ponderação weberiana”, pelas colocações da escola de Frankfurt (a respeito da repolitização das relações econômicas). Na análise dessas posições pós-marxistas, o autor procura sempre mostrar que, apesar dos pesares, não seria tão simples, como querem alguns, abandonar o paradigma diretivo proposto por Marx. Sobretudo, Giannotti é bastante crítico em relação aos frankfurtianos. Se, como dizem estes, ocorreu o desenvolvimento de novas tecnologias e de novas formas de financiamento do capital que transformou o papel econômico do Estado, repolitizando as relações econômicas, indaga Giannotti, “não é o caso de se perguntar o que significam então essas novas relações de produção (p. 169)?”. E ainda observa, criticamente, que o desafio da produção material não desapareceu e com ele todos os problemas pensados por Marx a respeito do inter-relacionamento dos homens com a natureza. Em suma, para o autor, os frankfurtianos, como outros pós-marxistas, abandonaram o paradigma de Marx sem que jamais tivessem realizado a sua efetiva superação teórica.

Após esse rodeio, Giannotti retorna, no capítulo quarto, aos problemas que haviam ficado em suspenso ao final do capítulo segundo, e retorna, exatamente, ao ponto em que haviam sido deixados: posta a contradição na sua forma

simples, como passar adiante? Como passar internamente de M-D-M para a forma propriamente capitalista, D-M-D’? Giannotti procura mostrar que é, de fato, externamente, sem nenhuma necessidade lógica, que se fará essa configuração da reflexão do capital. Porém, posta esta flexibilidade, segundo ele, Marx avança, sem grandes problemas, examinando e explicitando o desdobramento das categorias, e desta maneira prepara a situação na qual vão aparecer novos elementos cada vez mais aparentes e alienados. Aprofunda-se assim, cada vez mais, a irracionalidade do sistema e seu caráter fetichista. Como romper, no entanto, essa alienação, já que desta participa também o próprio proletariado? O caráter alienado do capital encobre a contradição dos seus termos elementares e, afirma Giannotti, “o trabalho de exploração se identifica com o trabalho explorado”. O processo assume um percurso circular que parece impossível interromper. A infinitude, no entanto, é abalada por uma noção inerente ao sistema: a crise. Esta é, no fundo, “sempre crise de comensurabilidade, recusa dos parâmetros quantitativos que asseguram a continuidade do movimento autovvalorizador do capital”(p. 286). Nesse sentido, o socialismo surgiria desta crise, justamente, com a classe trabalhadora negando as categorias capitalistas de quantificação embasadas na lei do valor e propondo um novo modo de quantificar a relação do homem com a natureza.

Esta irrupção do novo a partir do velho, no entanto, não é tão simples. E o próprio Marx já teria percebido certas aporias nesse desenvolvimento contraditório contido na forma valor. Com a aplicação da Ciência como força produtiva,

(algo que se aprofunda, após a morte de Marx,) com o “estágio pós-industrial do capitalismo”, começa a ocorrer uma desmedida nas regras regidas pela lei do valor, sem que isto se constitua uma crise profunda do sistema. Nos setores produtivos dominados por alta tecnologia, afirma Giannotti, as forças produtivas não mais precisam se traduzir em termos de valor e este deixa de ser o único padrão de medida social. Conforme os trabalhadores ou “agentes” recebem qualificação diferenciada e complexa, o valor das respectivas forças de trabalho não é mais determinado na base de unidades simples, desaparecendo uma única medida social. Surge assim uma “crise de expressão”, diz Giannotti, “que não destrói o mapa geral das relações sociais capitalistas, embora faça com que se assemelhe a um espelho partido...”(p. 291). Com isto se desarma a potência da contradição contida na forma valor, pois a própria classe trabalhadora que se colocava como classe para si, contemplando-se no espelho da forma valor, trabalho abstrato, social e universal, vê a sua imagem obscurecer-se nessa nova nebulosidade, na quebra em pedaços da forma valor que se “fibrila” (termo muito apreciado pelo autor para nomear esta dispersão categorial). O proletariado teria perdido assim sua identidade, juntamente com o “fibrilar” do valor e das diversas categorias do capital. Diante disso, a superação do sistema capitalista e de uma sociedade além do mercado torna-se algo remoto. No entanto, a partir da própria obra de Marx e das suas categorias econômicas, se poderia compreender melhor o presente e o futuro próximo. Na atual sociabilidade e naquela que nos espera, com o “fibrilar” do

econômico, haveria uma revalorização de regras éticas e políticas objetivas, estas entrariam no jogo da gramática social através do Estado e de uma multiplicidade de outras instituições, e, paradoxalmente, seria ainda neste Marx wittgenstiano, pensa Giannotti, que poderíamos encontrar uma “certa herança”, ainda valiosa, para interpretar a linguagem contraditória do social.

Que dizer deste Marx lido por Giannotti? Evidentemente, acusar o autor de “revisionista” ou de qualquer outro desses termos tão caros a certos marxismos, seria bastante injustificado. Já que Giannotti, desde a sua “Apresentação”, como apontamos, renuncia a procurar um Marx em si e a filiar-se a qualquer ortodoxia marxista, a sua leitura adquire uma específica legitimidade, criando um reduto autodelimitado onde não pode ser contestada. Afinal, não confessara ele, já nas considerações iniciais, a sua inspiração em Durkheim, Lévi-Strauss e, particularmente, na sofisticada luz de Wittgenstein? Lê Marx como um clássico da História da Filosofia, confessando também que não se preocupa com qualquer aspecto militante, ainda que reconheça neste aspecto um grande interesse (mas, evidentemente, para outros). Diante dessas premissas, resta-nos apenas respeitar a sua leitura e reconhecer que ela é muito bem construída, obrigando o leitor a pensar, e muito. Nesse sentido, não como críticas (pois estas foram desarmadas *a priori* pela hábil construção metodológica do autor), mas sim, muito mais, como pensamentos opostos surgidos do velho sonho, que ainda preservo, de um Marx em si, gostaria de fazer algumas observações.

Em primeiro lugar, claro, a questão

da contradição não existir no real é fundamental. Em poucas páginas (p.15-20) Giannotti liquida a contradição como real, passando rapidamente da filosofia grega ao idealismo alemão e, particularmente, a Hegel. Conclui assim que a contradição, sem a metafísica hegeliana, só é possível no discurso e pelo discurso. Ora, se é verdade que o marxismo vulgar não sabe diferenciar contrariedade de contradição e cometeu grandes barbaridades lógicas, trabalhando com a “a luta dos contrários” e com Heráclito como “o pai da dialética marxista”, parece-me, porém, que não é tão fácil, como gostaria Giannotti, rejeitar e expulsar a contradição do real. Já na filosofia grega admitia-se a contradição como possuindo um certa forma de ser. Penso, particularmente, no diálogo *Sofista* de Platão, em que, justamente para cercar o discurso sofístico, se dá um estatuto de *ousia* ou ser ao não-ser e, a partir disso, se passa da contradição no ser àquela em *logos*. Somente se o não-ser é, torna-se possível dizer o falso também em discurso e cercar o sofista. Caminha-se assim do ‘não-ser’ que é tão *ousia* quanto o Ser para o não-ser em *logos*, e não o contrário, como faz Giannotti, e toda a tradição aristotélica, para a qual a contradição só é possível no discurso e pelo discurso. Como vimos, para Giannotti, um antiplatônico confesso, é somente pelo

*logos* do fetichismo que se pode admitir a contradição. Cabe porém observar que é a dialética platônica, ainda que deformada pelo neoplatonismo e hispostaseada por Proclus, que será retomada pela dialética hegeliana. Teríamos assim aqui uma longa tradição filosófica, desprezada por Giannotti, que dá existência real à contradição. Ora, apoiando-se na tradição contrária, parmenideano-aristotélica da Identidade (metafísica, quando não sofística), claro, a contradição é uma realidade meramente discursiva<sup>1</sup>.

Ora, se admitirmos, fora da tradição parmenideano-aristotélica, e sem necessariamente render-se à metafísica procliano-hegeliana, que a contradição, como pensam Marx e Engels, pode existir fora, aquém e antes de todo discurso, grande parte dos problemas construídos por Giannotti se dissolvem. Como vimos, Giannotti utiliza da “linguagem” fetichista das mercadorias para dar realidade à contradição, uma “realidade” como contradição discursiva, mas, exatamente por isto, na teoria do valor, ele é obrigado a situar a contradição somente na forma de *expressão* do valor, ou seja, somente na relação de uma mercadoria com outra, no valor se expressando numa relação de troca. Ora, para Marx, a contradição está já no *interior* da própria mercadoria, antes e aquém de qualquer expressão. Trata-se da contradição entre

---

<sup>1</sup> Podemos lembrar ainda que mesmo Aristóteles admitia uma certa transição entre contrariedade e contradição. Veja-se livro *lota da Metafísica*, 1055b3-4, em que Aristóteles admite que certa espécie de privação (*stéresis*) (que é uma oposição por contrariedade) pode ser considerada uma forma de contradição (*antíphasis*). Recorde-se também que se, de fato, também em grego, os termos que designam “contradição” remetem a noções discursivas, *anti-logia*, *anti-phasis*, originalmente, *lógos* e *phásis* possuem significações mais amplas. É conhecido o sentido de *lógos-légein* vinculado à noção de “reunião”, “ligar”, “unir”; assim também *phásis – phemí* vinculam-se originalmente a uma raiz indoeuropéia que significa “brilhar”, “esclarecer” e, só mais tardiamente, “falar” (cf. P. Chantraine, *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*).

valor de uso e *substância* do valor, ou seja, trata-se de uma oposição *interna* que na *forma do valor* é exteriorizada e expressa como oposição externa<sup>2</sup>. Sendo assim, já nessa oposição contraditória interna à mercadoria encontram-se as contradições que serão exteriorizadas e desenvolvidas através das outras categorias. A mercadoria, internamente, como valor de uso é produto de trabalho individual, como valor é produto de trabalho social. Se a oposição entre trabalho individual e social aparece na história das sociedades humanas desde as primeiras fragmentações da comunidade primitiva, (certamente, muitas vezes, apenas como contrariedade,) no modo de produção capitalista, do qual Marx parte, ainda que abstratamente, desde o primeiro capítulo de *O capital*, é uma oposição contraditória, mais precisamente uma contradição de classe que permeia internamente todo produto do trabalho no modo de produção capitalista. Ora, entendendo a contradição como real e presente internamente na mercadoria, (como pensa o Marx em si) desde a abstração do capítulo primeiro de *O capital*, todos os problemas lógicos de impulsão das categorias (por exemplo entre a fórmula M-D-M e aquela D-M-D) desaparecem. O desenvolvimento categorial é assim a abstração de um desenvolvimento histórico contraditório. Nesse sentido, as descrições históricas que vão surgindo em *O capital* não seriam, como pensa Giannotti,

*externas* ou *regressivas*, na verdade, elas são muito mais a negação já da forma abstrata e meramente lógica de pensar as categorias econômicas, forma abstrata que justamente caracteriza o pensamento burguês. Ao pensar a contradição assim como real, desaparecem ou, pelo menos, se transformam radicalmente boa parte dos problemas wittgenstianos de *expressão* levantados por Giannotti. Como muito bem observou Grespan, em recente resenha deste mesmo livro, para Giannotti, é como se a própria incapacidade do capitalismo contemporâneo de mensurar valores não tivesse vínculos com processos negativos reais que ameacem a capacidade do capital em prosseguir sua valorização.

Terminando o nosso comentário gostaríamos de lembrar uma passagem do livro que resume muito bem toda esta problemática. Giannotti, para reafirmar a sua interpretação abstrata, não-real, meramente lógico-expressiva e não-histórica das categorias contraditórias de *O capital*, escreve: “Nunca, aliás, Marx esperou que a lei do valor-trabalho possuísse validade empírica”(p. 249). Para nossa surpresa, sustenta tal audaciosa afirmação citando um trecho de Engels que parece confirmá-la. Diz Giannotti: “Engels nota que o valor”, e segue-se a seguinte citação de Engels: “[o valor] não aparece no fenômeno das relações de troca das mercadorias produzidas sob forma capitalista; ele não vive na consciên-

---

<sup>2</sup> Como diz Marx: “A oposição interna (*innere Gegensatz*) entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada (*dargestellt*) por meio de uma oposição externa (*äusseren Gegensatz*), isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso (*ausgedrückt*), funciona apenas como valor de uso;”(MEW, 23, 75-76; Abril, p. 63). Observe que, conforme Aristóteles, no livro *Iota* da *Metafísica*, a contradição e a contrariedade são formas de *oposição*. Esta oposição contraditória entre valor de uso e *substância* do valor é assim, para Marx, pré-discursiva e independente de qualquer expressão.



cia dos agentes capitalistas de produção; não é um fato empírico, mas um fato pensável e lógico; o conceito valor, na determinidade material [que assume] em Marx, nada mais é do que a expressão econômica para o fato da produtividade social do trabalho como fundamento da existência econômica”(K, III, 25, 904). Giannotti interrompe aqui a citação de Engels. No entanto, indo ao texto original de *O capital*, descobre-se que se trata de Engels resumindo uma exposição de Sombart sobre Marx. Ora, apesar de Engels elogiar a exposição de Sombart, logo depois, mais adiante (K, III, p. 905;

Abril, p.324-5), observa de maneira precisa: “Tanto Sombart como Schmidt – só menciono Loria para dar um divertido exemplo da Economia vulgar – não consideram suficientemente a circunstância de se tratar aí não só de um processo puramente lógico, mas também de um processo histórico e seu reflexo explicativo no pensamento, a consequência lógica de sua concatenação interna (*inneren Zusammenhänge*)”. Estas precisas ressalvas dirigidas a Sombart e Schmidt não se aplicariam perfeitamente ao Marx à luz de Wittgenstein que nos apresentou Giannotti?